

Os professores aposentados e os que estão no ativo têm perdido muito poder de compra!

Prioridades reivindicativas

Analisando, de forma objetiva, os dados da inflação na última década e os aumentos das pensões no mesmo período, constata-se que, para o nível das pensões médias em que se situa a maioria dos professores e educadores, há uma significativa quebra do “poder de compra” dos aposentados, como, aliás, dos trabalhadores em geral. Os escassos aumentos das pensões, acumulados ao longo desse período, estão longe de cobrir o aumento acumulado da inflação.

E se é justo que se dê particular atenção às pensões mais baixas – aumentando-as mais –, não é aceitável que as pensões médias sofram quebras tão elevadas, resultantes da aplicação da legislação em vigor, cuja alteração urge reivindicar.

1

REVER E MELHORAR A LEGISLAÇÃO

Para garantir que esta perda do poder de compra não continua, é, pois, necessário rever e alterar a legislação em vigor, nomeadamente a Lei nº 53-B/2006 que estabelece a forma como são atualizadas anualmente as pensões e que, ao condicioná-las ao IPC sem habitação, ao crescimento do PIB e ao IAS, não garante que não haja perda de poder de compra.

2

A RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO TEM DE ABRANGER OS PROFESSORES APOSENTADOS

São muitos os docentes que se aposentaram sem que lhes tivesse sido reposta a contagem do tempo de serviço para progressão na carreira, situação de que resulta penalização no valor da pensão atribuída. É justo exigir a revisão desse valor refazendo o desenvolvimento da carreira como se não tivesse havido tal “roubo”.

3

DE NOVO UM ATAQUE À SEGURANÇA SOCIAL?

Foi constituída pelo governo uma nova equipa de peritos para discutir a sustentabilidade da Segurança Social; esteve em discussão o Livro Verde sobre a Segurança Social, em que muitas das propostas avançadas vão no sentido de uma parcial privatização do sistema. O Tribunal de Contas publicou uma “auditoria” alarmista sobre a matéria, que se traduz também num ataque ao sistema de Segurança Social, incluindo a CGA.

Intensifica-se, assim, a campanha para promover uma privatização, para já parcial, do sistema de segurança social.

É urgente organizarmo-nos para responder a mais este ataque às pensões a que temos direito!



A situação dos professores e educadores aposentados revela, dos governantes, Ingratidão!

Os docentes que já se aposentaram são profissionais que deram toda a sua vida ao ensino e à formação das jovens gerações. Foram eles os construtores e protagonistas deste bem que Abril ofereceu aos portugueses e dá pelo nome de Escola Pública. Toda essa vida, contudo, não é reconhecida pelos governantes, gente, curiosamente, formada por esses docentes, o que denota uma tremenda ingratidão da sua parte.

Ao longo de dezena e meia de anos, as pensões dos trabalhadores da administração pública, assim como as reformas do setor privado, em ambos os casos envolvendo docentes, degradaram-se por não serem atualizadas, como deveriam. Pensões e reformas que, já por si, eram bastante reduzidas, face ao valor auferido enquanto no ativo, tendo sido o governo de maioria absoluta de José Sócrates que, em 2006, alterou profundamente a fórmula de cálculo, com a criação das duas parcelas (P1 e P2). Este trajeto de desvalorização foi rápido e incidiu, não só, na não atualização, mas, igualmente, na forma de calcular o valor.

Tudo começou com uma conversa sobre a alegada imoralidade de haver pensões superiores ao último salário auferido pelos trabalhadores; depois, foi a necessidade de reduzir em 10% o valor da pensão face ao do salário, garantindo, no entanto, essa indexação; a seguir atacou-se no tempo de serviço e na idade e, por último, apontaram para o aumento da esperança de vida. Toda esta retórica não passou de uma profunda canalhice que teve por objetivo ludibriar as pessoas.

As alterações e acelerações no ritmo de desvalorização das pensões foram de tal ordem que, de 2013 para 2014, obedecendo às ordens da troika de péssima memória, os cortes foram

de tal ordem brutais que inúmeros professores optaram por se aposentar em 2013, mesmo antecipadamente, porque eram menos penalizados do que recebendo, em 2014, a pensão completa. Foi isso que levou 4628 docentes a aposentarem-se em 2013, número que se mantém como máximo deste século. Nesse ano, só nos dois últimos meses do ano, já conhecedores do que estava para ser aprovado pelo governo de Passos Coelho e Paulo Portas, aposentaram-se 2653 professores e educadores, ou seja, mais do que no conjunto dos outros dez meses.

As três últimas canalhices passaram-se, recentemente, na Assembleia da República: impedimento de retroação de atualizações a anos em que os valores da inflação foram elevados; impedimento de recálculo da pensão de aposentação de docentes que perderam tempo de serviço nos congelamentos e que, no momento da recuperação, já estavam aposentados; impedimento de manutenção, como subscritor da

CGA, de docentes que já o eram antes de 2006 e que, nos termos da lei, deverão continuar a ser.

Para aprovar estas medidas na Assembleia da República, a direita esteve junta ou não fosse a sua natureza comum (PSD, CDS, IL e ch). Porém, não pode deixar de se assinalar a posição do PS que decidiu abster-se o que, no atual quadro parlamentar, seria suficiente para que fossem aprovadas. A este assobiar para o lado não é alheio o facto de, nos períodos em que foi governo, não ter revogado aquelas malfetorias e, pelo contrário, até ser sua a autoria de algumas.

O que fazer? Não baixar os braços. Continuar a reivindicar e a lutar. Apresentar novas petições, esgotar as instâncias jurídicas, denunciar e vir para a rua protestar e exigir. E depois, em momentos que decidem o futuro, evitar erros passados.

Mário Nogueira
Secretário-Geral da FENPROF

POR UMA PENSÃO DIGNA QUE GARANTA O PODER DE COMPRA!

DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA!

